



ARTIGOS

Avaliação de originais em revistas de comunicação

**Reviewing process of manuscripts
in communication journals**

**Evaluación de originales
en periódicos de comunicación**

IDA REGINA C. STUMPF



Doutora em Comunicação – ECA/USP;
pesquisadora do CNPq; professora titular do Departamento de Ciências da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, PPGCOM; UFRGS.
irstumpf@ufrgs.br

Resumo

O estudo procurou verificar como ocorre o processo de avaliação de originais nas revistas da área de comunicação. Utilizou como corpus de pesquisa um conjunto de 13 periódicos, indagando os editores sobre o processo de avaliação utilizado e examinando os últimos fascículos para coletar informações sobre a existência e composição do Conselho Consultivo e outras indicações que os editoriais e as instruções aos autores pudessem apresentar sobre o processo avaliativo. Conclui-se que, em geral, as revistas de comunicação seguem os procedimentos científicos que dão confiabilidade às publicações como: a avaliação de todos os trabalhos submetidos, exceto dos autores convidados; a avaliação do mesmo trabalho por mais de um avaliador; a escolha dos pareceristas de acordo com a temática do trabalho; o anonimato dos avaliadores para os autores; a observância dos prazos; a comunicação do resultado do parecer aos autores, entre outros. Os problemas encontrados são pontuais, e, por isso, sugere-se que os editores revisem os procedimentos de avaliação praticados para adequá-los cada vez mais aos critérios de validação da ciência. O estudo deve continuar para incluir, na próxima etapa, a visão dos autores e dos próprios avaliadores sobre o processo de avaliação.

Palavras-chave: Avaliação de originais; Periódicos; Comunicação científica.

Abstract

The study aimed to identify the reviewing process of manuscripts submitted to journals in the area. It is based on a sample comprising 13 journals titles, asking editors about the reviewing process applied, and examining the most recent numbers in order to collect data about the existence and composition of an editorial advisory board and other indications about the reviewing process that the editorials or instructions to authors could provide. It concludes that, in general, Communication journals follow scientific procedures that guarantee credibility, such as: reviewing of all the manuscripts submitted, except for the invited contributions; reviewing of each manuscript by more than one referee; choice of ad hoc consultants experts on the subject of the manuscript; blind reviewing; strict deadlines; communication of the result to authors, amongst others. Problems encountered are specific to each journal, so it suggests that editors revise the reviewing procedures in order to continuously adapt them to standards of validation in Science. The study should progress to include, in the next stage, authors and referees views.

Key-words: Peer review; Journals; Scientific communication.

Resumen

Con ese estudio se buscó verificar cómo se da el proceso de evaluación de originales en las revistas del área de Comunicación. Como corpus de investigación se utilizó un conjunto de 13 revistas periódicas, indagando a los editores acerca del proceso de evaluación utilizado y examinando los últimos fascículos para recoger informaciones sobre la existencia y composición del consejo consultivo y otras indicaciones que pudieran presentar los editoriales y las instrucciones a los autores a respecto del proceso de evaluación. Se llegó a la conclusión de que, en general, las revistas de Comunicación siguen los procedimientos científicos que dan confiabilidad a las publicaciones, como: la evaluación de todos los trabajos sometidos, salvo en los casos de autores invitados; la evaluación del mismo trabajo por más de un evaluador; la elección de los evaluadores frente a los autores; el cumplimiento de los plazos; la comunicación de los dictámenes a los autores, entre otros. Los problemas encontrados son puntuales, por lo cual se sugiere que los editores revisen los procedimientos de evaluación para adecuarlos cada vez más a los criterios de validación de la Ciencia. El estudio debe continuar para incluir, en la próxima etapa, la visión de los autores y de los propios evaluadores sobre el proceso de evaluación;

Palabras-clave: Evaluación de originales; Periódicos; Comunicación científica.

A comunicação como área de estudo é relativamente nova em nosso país, mas teve um desenvolvimento muito grande nos últimos anos. O número de programas de pós-graduação passou de sete, na primeira metade da década de 90, para 20 no início do novo milênio. Isso acarretou um aumento no número de docentes pesquisadores e de alunos de pós-graduação e, conseqüentemente, no volume de produção científica da área. Em função disso, novos veículos foram criados para escoamento dessa produção. O número de revistas, por exemplo, de 26 títulos identificados em 1998 (Stumpf; Berger; Capparelli, 2001), passou para 35 em 2004 (Stumpf, 2004).

Pode-se dizer que houve avanços nas revistas da área, não só na quantidade mas em qualidade, haja vista a preocupação dos editores em seguir normas de apresentação formal e de controle de conteúdo dos artigos, que se dá pelo processo de avaliação de originais. Não foram localizados estudos anteriores sobre este processo nas revistas brasileiras de comunicação, sendo esse o objetivo principal do presente estudo.

A literatura internacional e todos os produtores de conhecimento científico consideram fundamental a etapa de avaliação das contribuições para manutenção dos padrões de qualidade da ciência. Nela são envolvidos vários participantes do processo editorial – autores, editores e pareceristas –, mas esse trabalho se limita à perspectiva dos editores. Os autores e os árbitros serão ouvidos em outra oportunidade, ampliando-se, dessa forma, o conhecimento e a reflexão sobre a avaliação de originais nas revistas de comunicação.

O estudo realizado se classifica como empírico qualitativo, que utilizou como instrumento de coleta de dados um formulário eletrônico com perguntas abertas e fechadas. O formulário foi enviado para todos os editores dos periódicos de comunicação constantes no Catálogo de Revistas Acadêmicas de Comunicação

de 1998, em número de 26 revistas. A quantidade de respostas não correspondeu ao esperado, mesmo depois de uma nova solicitação, retornando apenas 12 formulários. Na falta de informações provenientes dos editores, as revistas foram examinadas especialmente em relação à composição do conselho consultivo e às instruções aos autores, com a finalidade de recolher elementos para análise.

Para esse trabalho, entre respostas de editores e exame das revistas, foram avaliados 13 periódicos. Esse número foi considerado suficiente para realizar uma reflexão crítica sobre os dados, especialmente por estarem aí incluídas revistas que obtiveram conceito A nacional na avaliação do Qualis/Capes, a saber: *Contracampo*, *Fronteiras*, *Revista Famescos* e *Comunicação e Sociedade*. Além disso, obtivemos a resposta dos editores de duas revistas eletrônicas, *In-Texto* e *Pensamento Comunicacional Latino-americano*, permitindo a inserção desse tipo de publicação na análise. Consideramos que as respostas que obtivemos dos editores significam um esforço pessoal de representar o periódico, sem medo de expor o processo de avaliação de originais praticado.

Para orientar a reflexão, apresentamos primeiramente uma revisão da literatura sobre o processo de avaliação de originais pelos pares e depois as reflexões sobre os dados coletados. A bibliografia, intencionalmente, constitui-se tanto de textos clássicos quanto de textos atuais, justamente para mostrar que pouco mudou no processo de avaliação de originais pelos pares nas últimas décadas.

O que diz a literatura

Os árbitros, em uma conceituação simples, são aquelas pessoas que opinam sobre um trabalho antes de ser publicado. Denominados também como avaliadores, pareceristas ou consultores, e em inglês *referees*, são “[. . .] o eixo em torno do qual gira tudo o que se refere à ciência”, segundo Ziman (1979, p. 124). Em outro trabalho, o autor define árbitros como sendo “[...] os peritos anônimos encarregados de ler os artigos apresentados para serem publicados, recomendando rejeição ou aceitação” (Ziman, 1981, p. 118). Seu papel de avaliadores do

conhecimento produzido tem sido intensamente discutido na área da comunicação científica, tanto pelas controvérsias quanto pelos perigos que os árbitros representam como censores das novas idéias. Eles agem como filtros que removem as contribuições indesejáveis, mas são eles também os encarregados de avaliar quem deve receber as recompensas baseadas no desempenho das atividades científicas. Na prática, a situação é complicada, pois sabe-se que, pela condição humana os avaliadores cometem erros, permitindo que trabalhos não tão valiosos sejam publicados, enquanto outros que poderiam representar uma inovação são rejeitados. O processo é, portanto, passível de subjetividade.

O sistema de avaliação da produção científica pelos membros da comunidade de referência é conhecido como sistema de arbitragem ou de avaliação pelos pares. Em inglês, denomina-se *referee system* ou *peer review* e envolve o uso sistemático de árbitros para assessorar na aceitação de manuscritos submetidos para publicação. O sistema inclui ainda a participação dos editores como parte do processo de avaliação e dos autores como produtores dos originais a serem avaliados (Pessanha, 1998).

A avaliação e a seleção dos originais científicos, que precedem à publicação desses manuscritos como artigos nas revistas científicas, não são uma prática nova. Meadows (1999) calcula que, há mais de dois séculos, se fazem presentes, mas o uso de avaliadores externos só se tornou uma prática comum nos últimos 50 anos. As previsões são de que continue a existir, mesmo que a tendência de transformação das revistas impressas em eletrônicas permaneça. Costa (1996, p. 235), estudando a questão do julgamento pelos pares em periódicos eletrônicos, diz que a avaliação persiste “[...] como exigência para sua consideração como científico e conseqüente aceitação e respeito pela comunidade científica”.

Muitas críticas têm sido feitas ao processo tradicional de avaliação de originais pelos pares, mas nenhuma sugeriu sua extinção, pois é por meio desta “mão invisível”, como a denomina Harnad (2000), que a ciência mantém sua qualidade.

A vantagem em não usar a apreciação dos consultores seria a rapidez com que o processo de publicação poderia ser realizado, mas traria como desvantagem o risco de decisões mais erradas do

que o sistema já manifesta. Apesar de apresentar deficiências, é pelo processo de avaliação que o artigo aceito para publicação recebe o “*imprimatur de qualidade científica*”, oferecida pelo editor e pelos avaliadores que foram consultados. (Ziman, 1979). Contudo, autores mais críticos como O'Connor (1978), julgam que o sistema de avaliação pelos pares, como é chamado, não tem uma prova assegurada de sua eficácia. Só recentemente as fraquezas do sistema começaram a ser examinadas e o próprio sistema passou a ser submetido a uma avaliação.

Na literatura internacional, autores como Abelson (1990), Crawford e Stucki (1990), Madden (2000), Via (1996) e muitos outros relatam problemas presentes na avaliação pelos pares, mostrando, então, sua fragilidade. No Brasil, também há registros de estudos sobre o processo de avaliação de originais. Entre eles, citamos o de Mueller (1997), que identificou as práticas e procedimentos adotados pelas revistas científicas financiadas pelo CNPq e Finep com respeito à seleção de artigos científicos, entre os anos de 1995 e 1996. O trabalho revelou que, em geral, as práticas científicas estão presentes nesses periódicos, como a avaliação prévia dos originais pelo editor, o uso dos membros do conselho editorial e/ou de consultores *ad hoc* para avaliar os originais, o anonimato do avaliador entre outras. A autora sugeriu que a realização de estudos em áreas especializadas pode revelar diferenças mais marcantes entre elas.

Outros estudos sobre a avaliação pelos pares não são tão específicos e encontram-se incluídos em avaliações mais amplas sobre as revistas brasileiras. Exemplo disso é a avaliação de periódicos acadêmicos que realizamos como tese de doutorado (Stumpf, 1994) e a dos periódicos científicos brasileiros na área de psicologia, assinado por Yamamoto e colaboradores, em 2002. (Yamamoto et al., 2002). Este estudo, realizado com o objetivo de determinação do conceito Qualis para as revistas da área, pode dar até cinco pontos para a revista quando é identificada a presença de um conselho editorial/científico formado por pesquisadores de reconhecida reputação na área e de abrangências nacional e internacional. O mesmo número de pontos é atribuído quando é publicada a nominata de consultores externos ao conselho edi-

torial, pelo menos uma vez por ano. A mesma avaliação também pontua o procedimento de informar os potenciais autores sobre o processo editorial de arbitragem ao qual os manuscritos são submetidos. Este trabalho, conduzido pela Comissão Editorial Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), tem contribuído para que os editores das revistas de psicologia adotem procedimentos que elevem a qualidade dos periódicos sob sua responsabilidade.

As críticas mais comuns ao sistema de avaliação pelos pares destacam a demora que tal avaliação causa à edição, seguidas do elitismo, conservadorismo e também da possibilidade de plágio. O'Connor (1978) e Meadows (1999), entre tantos outros que escreveram sobre o processo de avaliação de originais, dizem que os árbitros são selecionados pela sua especialidade em determinado tema, mas isto pode acarretar a aceitação de determinadas teorias e procedimentos que fecham as portas para contribuições mais inovadoras, especialmente nas áreas das ciências sociais. Para grande parte dos estudiosos do assunto, porém, o plágio é uma das críticas mais severas feitas aos árbitros. Eles são acusados de prolongar a avaliação, enquanto incorporam em sua pesquisa ou em suas publicações os resultados ou métodos dos trabalhos que avaliam. Para minimizar o problema, o editor deve insistir na rapidez da avaliação.

Em muitos casos, o sistema de avaliação de originais é visto simplesmente como um modo de aceitação ou rejeição de trabalhos. Todavia, o processo de apreciação é mais que isso: ele visa a educar os autores, sugerindo correções na forma e na apresentação das contribuições submetidas. As críticas devem auxiliá-los, sobretudo, para a elaboração ou redação dos próximos trabalhos que desejam publicar.

A avaliação criteriosa demanda tempo para ser realizada. Além disso, não traz reconhecimento público e muito menos remuneração para seus participantes. Mas muitos cientistas consideram a tarefa como parte de suas obrigações com a ciência. Alguns julgam sua indicação como uma honraria, enquanto outros a vêem como um trabalho potencialmente útil para sua carreira, ou mesmo educativo,

já que eles terão acesso à informação mais atualizada na sua área de conhecimento, antes mesmo de ela ser publicada. Meadows (1999, p. 183) acha que os mais velhos vêem a avaliação como “[...] uma atividade que em geral assumem devido a um sentido de dever”, enquanto para os mais jovens pode significar “[...] um reconhecimento gratificante de sua competência”.

Uma das formas de recompensar os árbitros pelo seu esforço é publicar a lista de todos os avaliadores que colaboraram em cada fascículo (O'Connor, 1978). Uma prática comum, hoje em dia, é convidar um número de pesquisadores bem conceituados para fazer parte de um conselho consultivo permanente, cuja nominata aparece em todos os fascículos. Para Meadows (1974), a falta de uma pequena recompensa recebida pelos árbitros é um dos pontos frágeis do sistema de avaliação, acrescentando que o reconhecimento do editor é um retorno insuficiente e só é válido para o pesquisador em início de carreira. O tempo gasto por um cientista para analisar um trabalho é tempo que ele perde para sua própria pesquisa, com o agravante de que esse período despendido é utilizado para ajudar um competidor em potencial.

O processo de avaliação dos originais encaminhados às revistas segue um fluxo de avaliação, no qual cabe um importante papel ao editor. A etapa inicial corresponde ao exame preliminar realizado pelo editor para verificar se o trabalho está dentro das temáticas aceitas pela revista e das normas exigidas aos autores. A seguir são indicados os pareceristas. Se a revista possui uma comissão editorial, são eles que ajudam o editor na seleção do(s) avaliador(es). Se a revista não possui essa comissão para auxiliar o editor na tomada de decisões, é ele mesmo quem indica. No retorno dos pareceres, é o editor, auxiliado pela comissão editorial, que examina os comentários e toma a decisão final de aceitar ou rejeitar o trabalho para publicação, ou mesmo de devolvê-lo aos autores sugerindo modificações. Muitas vezes, o editor tem de intermediar os conflitos entre avaliadores e autores, especialmente nos trabalhos rejeitados. (Abelson, 1990; Stumpf, 1994).

A escolha dos avaliadores é um ponto sensível do processo. Deve obedecer a critérios e, sempre que possível, envolver a comissão editorial que divide a tarefa com o editor. Entre

os critérios para a escolha dos árbitros, deve pesar seu conhecimento especializado, sua competência como pesquisador e sua representatividade na área. Mas não só isto. A justiça e equilíbrio nos comentários, o cumprimento dos prazos estipulados e as críticas construtivas também são importantes para o desempenho das funções de avaliação. (Gordon, 1983; Meadows, 1999). Se a organização da revista prevê a existência de um conselho editorial para realizar o trabalho de avaliação, deve ser assegurado que todas as áreas cobertas pela revista estejam representadas. No caso de não se conseguir essa representatividade, pode lançar mão de avaliadores externos a esta comissão, denominados “avaliadores *ad hoc*”, escolhidos entre os especialistas da temática do artigo. Um procedimento correto e que, de certa forma, gratifica estes avaliadores é publicar, em cada fascículo ou anualmente, a relação de seus nomes.

Os árbitros geralmente fazem seus comentários de maneira confidencial, e suas críticas só estão disponíveis para o editor e o autor. O anonimato deve ser facultado ao avaliador para evitar constrangimentos e para protegê-lo da reação dos autores, quando se tratar de trabalhos rejeitados. Da mesma forma, o nome do autor do trabalho a ser avaliado e a identificação de sua instituição de origem devem ser omitidos. Esse procedimento, também conhecido como avaliação cega ou *blind review*, evita influenciar a decisão do árbitro na apreciação do trabalho. A avaliação que não revela o nome do autor para o avaliador nem o nome do avaliador para o autor é chamada de *double blind review*. Gordon (1983) apresenta três razões para os árbitros se manterem anônimos: porque querem se manter assim; porque ficam mais livres para expressar suas críticas; porque o editor pode perder o controle do que é sua competência, uma vez que a identificação permite que a comunicação entre autor e avaliador possa ser feita sem sua interferência.

Os árbitros conferem legitimidade e autoridade à revista, selecionando as contribuições. Na prática, é impossível que apenas bons trabalhos sejam submetidos a uma revista, e também que, mesmo recomendados, todos sejam aceitos para publicação. Se a taxa de aceitação for alta, pode significar que o sistema de

avaliação é permissivo. Mas, por outro lado, pode indicar que a maior parte dos autores “[...] teve cuidado suficiente na feitura de seus trabalhos, de modo a satisfazer os padrões que os juízes devem aprovar”. (Ziman, 1979, p.128). Lindsey (1978) aborda o problema por outro ângulo e compara a taxa de aceitação com a de publicação para determinar aquilo que denomina “poder editorial”. Isso significa que nem todos os artigos recomendados pelos avaliadores são aceitos para publicação e que esse poder de decisão cabe ao editor. Assim, a principal função dos árbitros é aconselhar o editor e não decidir por ele. É indicar que trabalhos são mais adequados para serem publicados em determinada revista; se os trabalhos são originais, de boa qualidade, atualizados; se são escritos com suficiente clareza e detalhamento para que os leitores possam seguir a argumentação do autor e concordar ou discordar dos procedimentos adotados. O árbitro deve, portanto, opinar sobre o valor do original e decidir se corresponde aos padrões da revista. Para isso, ele não pode ser permissivo ou tolerante, mas deve dar garantias de que o trabalho merece crédito. No entanto, como diz Harnad (2000), nem o editor nem os avaliadores são infalíveis. O editor pode falhar na escolha dos árbitros, e os avaliadores podem falhar ao serem demasiadamente consciencioso ou justos.

Grande parte das revistas envia instruções aos avaliadores sobre os itens a serem avaliados. De acordo com Meadows (1999), em geral, o editor pede comentários sobre três pontos básicos: originalidade, correção e importância da pesquisa relatada. O autor acrescenta também que o estilo e a apresentação podem fazer parte dos itens a serem observados.

A quantidade de avaliadores varia de revista para revista, sendo mais comum a inclusão de dois avaliadores. É preciso notar que quanto maior o número de pessoas envolvidas no processo de avaliação, menor a probabilidade do editor atingir seus prazos. No caso de haver discordância de opinião, é solicitado o parecer de uma terceira pessoa para eliminar divergências. Esses procedimentos são importantes, porque, consultando mais de um avaliador, o editor se defende contra problemas que os autores podem criar quando seu trabalho é rejeitado (Gordon, 1983; O'Connor, 1978).

Análise dos dados

De um modo geral, todas as revistas de comunicação investigadas realizam a avaliação dos originais submetidos, variando um pouco na maneira de realizá-la. Em relação a uma pré-seleção, por exemplo, todos os editores fazem um exame prévio dos artigos, verificando, principalmente, se ele está dentro das temáticas aceitas para publicação. A esse critério de pertinência, algumas revistas acrescentam relevância, atualidade do tema, ineditismo e qualidade do texto, como os mais comuns, mostrando que esta fase é mais rigorosa ou tão rigorosa quanto nas revistas de outras áreas. Uma exceção ocorre para os artigos encomendados ou produzidos por pesquisadores de notório saber que, uma vez recebidos, são aceitos incondicionalmente. Às vezes, essa pré-seleção é feita pelo editor com a comissão editorial. Este procedimento ocorre especialmente nos periódicos que têm esse tipo de comissão formada por membros da própria instituição e que auxiliam o editor na tomada de decisões sobre a revista.

Passando por esse crivo, os originais seguem para a avaliação. O número de avaliadores, em geral, é de dois, às vezes, três, especialmente quando há discordância de opinião. Esse procedimento, muitas vezes, fica apenas na intenção, como revelaram alguns editores. Na prática, nem todas as avaliações retornam no tempo determinado, ou os editores reduzem o número dos avaliadores para acelerar a publicação. Um fato marcante, que tem caracterizado o processo avaliativo, é a existência de um conselho consultivo permanente em todas as revistas de comunicação estudadas. Esse conselho, chamado também conselho científico ou mesmo de corpo ou comissão editorial, é composto de membros locais, nacionais e estrangeiros. A presença de membros estrangeiros dá tanto um caráter internacional ao periódico quanto assegura que as contribuições em outros idiomas, aceitas para submissão, sejam avaliadas por quem os domina.

Outra razão das revistas incluírem um conselho consultivo diversificado é, possivelmente, devido à exigência, já disseminada pelos órgãos de avaliação e financiamento de revistas, de poder contar com um grupo de pareceristas mais estável e constituído por

pesquisadores de renome, oferecendo aos autores e leitores mais certeza de seriedade ao processo de publicação. Esse conselho estável parece dar conta dos trabalhos submetidos, uma vez que apenas dois editores informaram utilizar avaliadores *ad hoc* quando a temática do artigo foge à especialização de seus membros.

São poucos os periódicos que enviam um formulário com o(s) trabalho(s) para os avaliadores, indicando os itens a serem observados. Das 13 revistas, apenas cinco utilizam esse procedimento e apenas três enviaram cópia de seus formulários para exame, sendo que dois deles são iguais por serem publicados pela mesma instituição. Esses periódicos, mesmo solicitando um parecer descritivo fundamentado e uma conclusão sobre aceitar, realizar reformulações ou rejeitar, pedem que o parecerista atribua valores aos seguintes aspectos: a significância, o detalhamento na revisão da literatura, o desenvolvimento teórico-conceitual, a metodologia, a aplicabilidade das recomendações/conclusões, o estilo e a organização do texto.

Pareceu-nos interessante um dos formulários recebidos, porque, no caso do parecerista indicar a publicação após as alterações ou rejeitar o artigo para publicação, deve assinalar os problemas encontrados com relação à redação, metodologia empregada, articulação entre hipóteses/objetivos e metodologia, argumentação, originalidade, ao não-cumprimento de normas ou à falta de consonância com a proposta editorial da revista. Aqueles editores que não enviam formulário de avaliação ao parecerista ou não indicam a que aspectos deve se ater confiam que a prática de avaliar seja comum para esses pesquisadores e que seus critérios próprios sejam mais significativos que aqueles que direcionam a avaliação.

Em relação aos prazos de avaliação, o tempo dado aos avaliadores varia entre 20 a 90 dias, sendo mais comum o de um mês. Mesmo assim, as revistas que dão um prazo menor apresentam mais problemas com o não-cumprimento do tempo de avaliação. Os prazos maiores geralmente, são dados aos pareceristas estrangeiros. A necessidade de cobrança existe esporadicamente, mostrando que, em geral, os avaliadores das revistas de comunicação são conscientes de suas responsabilidades junto ao periódico em que atuam.

Um procedimento comum a todas as revistas é o anonimato

dos avaliadores para os autores, assegurando-se com isso uma avaliação mais confiável. O mesmo não acontece com relação ao conhecimento dos autores pelos avaliadores. Em algumas revistas, o nome dos autores não é omitido quando o trabalho é submetido à avaliação, podendo influenciar na decisão.

O anonimato dos avaliadores não assegura a eliminação de conflitos, e, embora não aconteça com frequência nas revistas de comunicação, elas divergem quanto a solução: algumas solicitam a avaliação de outro parecerista, e outras resolvem pelo contato direto do editor com os autores.

Outro procedimento bastante comum dos editores é a comunicação com os autores para informar o aceite ou não de seu trabalho. Como todos os editores são também professores de cursos de pós-graduação, sabem da importância dessa comunicação, para que os autores possam planejar melhor a divulgação de sua produção, uma vez que são avaliados pelo volume e qualidade do que publicam.

O número anual de originais recebidos pelos periódicos de comunicação varia entre 15 e 70. Uma grande variação também existe no número de trabalhos aceitos, aceitos com reformulações e rejeitados. As taxas variam entre 30% a 80% para os trabalhos aceitos; entre 10% e 30% para os trabalhos aceitos após reformulação; entre 5% a 50% para os trabalhos rejeitados. As variações são, portanto, grandes entre os vários periódicos e merecem um estudo mais aprofundado.

A confiança dos autores nas avaliações de seus originais parece ser bastante significativa. Tanto assim que são poucos os editores (quatro) que admitiram a existência de conflitos entre avaliadores e autores, mesmo assim com rara frequência, segundo três deles. Os editores assumem a solução desses conflitos, enviando o trabalho a outro parecerista para nova avaliação ou devolvendo o trabalho para ajustes, mas sempre intermediando o diálogo para proteger os avaliadores. Apenas um editor informou serem frequentes os conflitos entre os autores e os pareceristas.

Finalizando o processo de avaliação, percebemos que os editores reservam para si e/ou para a comissão editorial a decisão final de quais trabalhos serão publicados. Os pareceres dos

avaliadores subsidiam suas decisões, mas outros critérios podem ser acrescentados, como a vinculação do artigo com a temática do fascículo. Apenas um editor informou que todos os trabalhos aprovados são publicados, acrescentando que isso ocorre porque a revista não é monotemática, nem tem um número máximo de artigos em cada fascículo

Conclusão

O estudo forneceu evidências de como é realizado o processo de avaliação dos originais pelos pares nas revistas da área de comunicação brasileiras. A finalidade não foi apontar os procedimentos certos ou errados, ou nominar as revistas que agem desta ou daquela forma, mas verificar se estavam dentro das normas mais comuns adotadas pela ciência. Nesse sentido atingimos nosso objetivo. Para completar, esse trabalho será enviado a todos os editores das revistas de comunicação, cumprindo, assim, um papel pedagógico para que percebam se os procedimentos que adotam estão dentro dos padrões mais comuns da área. De qualquer forma, talvez seja hora de alguns editores repensarem a maneira como as contribuições são avaliadas, especialmente aqueles que não quiseram expor os procedimentos de avaliação dos originais das revistas que editam, respondendo à nossa solicitação.

Entre as verificações que o trabalho nos permitiu fazer, uma delas é de que os procedimentos de avaliação estão fortemente vinculados com a maneira como a produção da revista está organizada. Isso diz respeito a todas as etapas de avaliação, da pré-seleção dos trabalhos até a decisão das contribuições a serem publicadas em cada fascículo. A existência da fase de pré-seleção em todas as revistas é importante para que os avaliadores não tenham que se pronunciar sobre adequação temática ou pertinência de acordo com a política traçada para as revistas, ficando apenas com os critérios de consistência, correção e organização do texto.

A existência de uma comissão editorial formada por membros da própria instituição, como forma de organização para a produção da revista, é importante porque divide as tarefas e as responsabilidades com o editor. Como todos os editores são

professores e pesquisadores, assumirem sozinhos a produção de um periódico toma muito tempo dos docentes com pouco retorno para sua vida acadêmica.

Essa comissão, quando existe, auxilia o editor na escolha dos avaliadores. Essa tarefa é facilitada quando a organização da revista prevê um conselho consultivo estável e diversificado, mas atua também na indicação de pareceristas *ad hoc*. A existência de um conselho consultivo qualificado é motivo de orgulho do editor, que também o considera fator de qualidade para a revista. Além disso, em geral, esse conselho parece estar atuando adequadamente, produzindo pareceres em tempo hábil e que subsidiam a decisão de quais trabalhos merecem ser publicados.

Como a coleta de dados foi feita por um formulário enviado por meio eletrônico aos editores e pelo exame das revistas, consideramos difícil descrever de forma consistente a avaliação dos originais das revistas de comunicação. Talvez porque estes procedimentos não contemplem a visão dos próprios avaliadores e dos autores sobre o processo de avaliação. Nesse sentido, a pesquisa não se esgota e pretende continuar, incluindo num próximo trabalho a percepção de mais esses dois atores sobre o processo editorial.

Bibliografia

ABELSON, Philip. Mechanisms for evaluating scientific information and the role of peer review. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, DC, v. 41, n. 3, p. 216-222, apr. 1990.

COSTA, Sely Maria de Souza. Controle de qualidade em periódicos científicos eletrônicos disponibilizados na Internet: a questão do julgamento pelos pares. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 1996.

CRAWFORD, Susan e STUCKI, Loretta. Peer review and the changing research record. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, DC, v. 41, n. 3, p. 223-228, apr. 1990.

GORDON, M. *Running a refereeing system*. Leicester: Primary Communication Center, University of Leicester, 1983. 56 p.

HARNAD, Stevan. The invisible hand of peer review. *Exploit Interactive*, n.5, Apr. 2000. Disponível na Internet: <http://exploit-lib.org/issue5/peer-review/>. Acesso em 24 abr. 2003.

LINDSEY, D. *The scientific publication system in social science*. San Francisco, Ca: Jossey-Bass, 1978. 169 p.

MADDEN, A. D. When did peer review become anonymous? *Aslib proceedings*, London, v. 52, n. 8, p. 273-276, sept. 2000.

MEADOWS, A. J. Competition and the urge to publish. In: MEADOWS, A. J. *Communication in Science*. Londres: Butterworths, 1974. p. 35-65.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268 p.

MUELLER, S. P. M. A seleção de artigos científicos para publicação em revistas brasileiras: um levantamento de práticas e procedimentos adotados pelas revistas científicas brasileiras financiadas pelo CNPq e FINEP 1995-1996. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 1997.

O'CONNOR, M. *Editing scientific books and journals*. Tunbridge Wells: Pitman Medical, 1978. 218 p.

PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 226-229, maio/ago. 1998.

STUMPF, Ida R. C. *Revistas Universitárias: projetos inacabados*. São Paulo, 1994. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

STUMPF, Ida Regina C.; BERGER, Christa; CAPPARELLI, Sérgio. (org.). *Catálogo de Revistas Acadêmicas em Comunicação*. Porto Alegre, PPGCOM/UFRGS, 1998.

STUMPF, Ida Regina C. (org.). *Catálogo de Revistas Acadêmicas em Comunicação*. Porto Alegre, PPGCOM/UFRGS, 2004. Disponível em Internet <http://www.ppgcom.ufrgs.br/infotec>

VIA, Barbara J. Publishing in the journal literature of library and information science: a survey of manuscript review processes and acceptance. *College and Research Libraries*, Chicago, v. 57, n. 4, p. 365-376, jul. 1996.

YAMAMOTO, Oswaldo H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002.

ZIMAN, John. Comunidade e Comunicação. In: ZIMAN, John. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 115-138.

ZIMAN, John. Comunicação Científica. In: ZIMAN, John. *A força do conhecimento*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. 105